



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
4ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO
- Meio Ambiente e Patrimônio Cultural -

ATA DA 66ª SESSÃO ORDINÁRIA DE COORDENAÇÃO

Às 14 horas e 30 minutos do dia 8 de outubro de 2026, teve início a 66ª Sessão Ordinária de Coordenação da 4ª Câmara de Coordenação e Revisão, com a presença dos Membros Titulares a Subprocuradora-geral da República Luiza Cristina Fonseca Frischeisen, Coordenadora, o Subprocurador-geral da República Aurélio Virgílio Veiga Rios e o Subprocurador-geral da República Paulo Vasconcelos Jacobina; Secretariados pela Secretária-Executiva, Kátia Leda Oliveira de Lima, pela Assessora-chefe de Coordenação, Daniele Oliveira e pela Assessora-chefe de Revisão, Cristiane Almeida de Freitas. **Deliberou-se na sessão os seguintes assuntos:**

1. Temas para conhecimento e deliberação do colegiado:

Ofício nº 870/2026 - [PRM-TBT-SP-00007326/2026](#)

A Procuradora da República Ana Carolina Haliuc Bragança apresenta proposta de orientação sobre destinação de bens em Acordo de Não Persecução Penal (ANPPs) de natureza ambiental:

"1. É recomendável ao membro do Ministério Público, em Acordos de Não Persecução Penal relativos a crimes ambientais, prever como condição sugestão de destinação de bens, pelo compromissário, diretamente a órgãos públicos de proteção ao meio ambiente, com fundamento no artigo 28-A, inciso V, do CPP, para a finalidade de

assegurar a pertinência temática entre as medidas previstas no acordo e a proteção ao bem jurídico lesado.

2. Acordos de Não Persecução Penal relativos a crimes ambientais que prevejam, como condição, a entrega de bens pelo compromissário a órgãos públicos de proteção ao meio ambiente deverão exigir a apresentação nos autos:

2.1. pelo compromissário, de nota fiscal dos bens entregues e de recibo passado pelo órgão destinatário;

2.2. pelo órgão destinatário, de prova da incorporação dos bens ao patrimônio público, em se tratando de itens sujeitos a tombamento.

3. É recomendável, para definição dos bens a serem destinados em ANPPs a órgãos públicos de proteção ao meio ambiente, o levantamento prévio e registrado das necessidades de cada órgão, em procedimento administrativo próprio, priorizando-se a entrega de bens passíveis de utilização em atividades finalísticas internas e externas, a exemplo de drones, câmeras fotográficas, computadores com alto grau de processamento de dados, material para manejo de animais silvestres, material para enfrentamento a incêndios, dentre outros."

Deliberação: o colegiado, por unanimidade, deliberou por encaminhar a sugestão de orientação ao Procurador da República Adriano Augusto Lanna de Oliveira, titular do 7º Ofício de Administração da 4ªCCR – Estratégia de Investigações em Crimes Ambientais, solicitando que analise o teor da orientação e verifique se o assunto já está inserido no Roteiro de atuação sobre estratégia de investigação em Crimes Ambientais - aplicação de boas práticas nos Acordos de Não Persecução Penal (ANPPs) em matéria ambiental. Caso não esteja inserido, solicitar que o membro proceda à adequação do roteiro, de modo a contemplar o tema abarcado na sugestão de orientação.

2. Temas para conhecimento aos membros do colegiado:

2.1. Ciência ao colegiado sobre o Ofício nº 870/2026 GABPRM3-ACHB - [PRM-TBT-SP-00007326/2026](http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento), encaminhado pela Procuradora da República Ana Carolina Haliuc Bragança, contendo sugestões de aprimoramento da Resolução CNJ nº 558/2024, no sentido de garantir que recursos financeiros decorrentes de infrações penais sejam direcionados exclusivamente para atividades essenciais de preservação ambiental por meio de contas judiciais específicas e editais periódicos fiscalizados pelos tribunais. A Coordenadora apresentou as propostas de aperfeiçoamento da Resolução CNJ nº 558/2024 ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em reunião realizada em 30 de setembro de 2026.

Deliberação: o colegiado, por unanimidade, deliberou por encaminhar o teor do documento ao Conselheiro do CNJ Ilan Presser.

2.2. Ciência ao colegiado sobre o Ofício Circular nº 91/2026 - [PGR-00437616/2026](#), encaminhado aos Representantes da 4ª Câmara nos estados, comunicando sobre a disponibilização da ferramenta “Dano Climático”, presente na versão 2.1 da Plataforma CCAL – Calculadora de Carbono, desenvolvida pelo Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM). A ferramenta serve para apoiar a quantificação e a valoração das emissões de CO₂ decorrentes da supressão de vegetação, sendo apta a subsidiar, entre outras aplicações, ações relacionadas à responsabilização por danos ambientais, litigância climática e gestão de riscos. A metodologia empregada pela ferramenta está embasada nas diretrizes para quantificação do dano climático expedidas pelo Conselho Nacional de Justiça, bem como em Nota Técnica expedida pela ABRAMPA. Seguem os links de acessos aos recursos da Plataforma CCAL:

- **Plataforma CCAL:** <https://carboncal.org.br/pt/platform>
- **Tutorial em vídeo (Módulo Cálculo do Dano Climático):**
<https://www.youtube.com/watch?v=rcredA3uy3q8>

2.3. Ciência ao colegiado sobre a publicação do Relatório de Atividades 2025 da 4ªCCR. O documento detalha as ações e os resultados alcançados na tutela do meio ambiente e do patrimônio cultural ao longo do exercício de 2025. A publicação reúne os balanços das atribuições de revisão e de coordenação institucional, destacando projetos estratégicos como o Amazônia Protege, a atuação dos Grupos de Trabalho e Ofícios Ambientais, a defesa do patrimônio histórico e costeiro, além das diretrizes preparatórias para a COP30 com a formulação da Declaração de Belém. A publicação está disponível [aqui](#).

3. Informes sobre reuniões:

11/09/2026 - Participação do Procurador da República Carlos Bruno Ferreira da Silva na Audiência Pública ANM nº 2/2026, na qual foram debatidos pontos envolvendo contribuições à minuta de resolução que dispõe sobre critérios de segurança de pilhas de mineração. Durante o evento, foram discutidos temas como a proteção dos trabalhadores, a transparência de dados no sistema SIGPILHAS e a necessidade de estudos de ruptura hipotética. A proposta busca alinhar o Brasil a padrões internacionais de segurança, exigindo auditorias externas, planos de emergência proporcionais ao Dano Potencial Associado (DPA) e a efetiva participação das comunidades locais na gestão de riscos minerários. O tema está em processo de audiência pública até 14/10/26 por meio da plataforma Brasil Participativo. Ata da Audiência Pública ANM nº 2/2026: [PGR-00403184/2026](#).

14/09/2026 - Realização do Seminário MPF Clima - Adaptação em Foco no Rio de Janeiro, que contou com a participação do Subprocurador-Geral da República Paulo Vasconcelos Jacobina. Acesse [aqui](#) a notícia sobre o evento.

14/09/2026 - Reunião da Coordenadora da 4ª CCR com o Embaixador Marcelo Della Nina para tratar de questões preparatórias para o evento 3ª Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional (COP-UNTOC).

16/09/2026 - Reunião Extraordinária do Fórum Nacional de Logística Reversa, organizada pelo Presidente da ABRAMPA Luciano Loubert, que contou com a participação dos Procuradores da República Daniel Azeredo e Suzana Fairbanks.

18/09/2026 - Reunião da Coordenadora da 4ª CCR com representantes da SECIRM — o Secretário, Contra-Almirante Robledo de Lemos Costa e Sá; o Subsecretário para o Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR), Capitão de Mar e Guerra Carlos Eduardo Navazio de Oliveira da Silva; e a Capitão de Corveta Ana Cristina de Lima Garcia — para estabelecer diretrizes jurídicas e operacionais voltadas à estruturação do plano ambiental da base antártica brasileira (Plano de Gestão Ambiental Integrada da Estação Antártica Comandante Ferraz - PGAI-EACF). Nesse contexto, as instituições dialogaram sobre as possibilidades de destinação de recursos, provenientes de decisões judiciais e acordos de autocomposição em tutela coletiva, com fundamento na Lei nº 3.747/1985 e na Resolução Conjunta CNJ/CNMP nº 10/2024, para subsidiar a elaboração do Plano de Manejo. Ata da reunião: [PGR-00442524/2026](#).

21/09/2026 - Reunião da Coordenadora da 4ª CCR com a AXIA Energia, cujo foco do debate foi analisar os desafios práticos na implementação da Consulta Livre, Prévia e Informada (CLPI) em projetos de infraestrutura e sua relação com o licenciamento ambiental. Ata da reunião: [PGR-00421735/2026](#).

24/09/2026 - Participação da Coordenadora da 4ª CCR no Seminário Lei Antifacção e os novos instrumentos de combate ao crime organizado (GAECO Nacional, 2ª, 4ª e 5ª CCRs e SCI).

28/09/2026 e 29/09/2026- Realização do evento “Atuação Judicial do MPF em Matéria Ambiental e do Patrimônio Cultural”, organizado pela 4ªCCR. O evento buscou aprimorar a atuação judicial do MPF nas esferas cível e criminal, fortalecer a gestão do conhecimento e consolidar a unidade institucional na tutela do meio ambiente e do patrimônio cultural. Acesse [aqui](#) a notícia sobre o evento.

30/09/2026- Reunião da Coordenadora da 4ª CCR com a Justiça Global - "Ukraine Accountability Collaboration Platform Meeting: Environmental Damage — Assessment, Prosecution, and Reparations". E-MAIL/2026 - PGR-00408906/2026.

02/10/2026- Participação da Coordenadora da 4ª CCR na II Conferência Internacional

de Inteligência Ambiental como palestrante no painel: Inteligência Estratégica e Cooperação Internacional. A coordenadora apresentou dados sobre a atuação do órgão na tutela socioambiental e na repressão de crimes ambientais com foco na macrocriminalidade financeira, inovação tecnológica e cooperação transfronteiriça. A Conferência teve por objetivo debater o papel da inteligência ambiental, promover a troca de experiências entre as instituições participantes e contribuir para a formação de uma rede internacional de compartilhamento de informações sobre crimes ambientais transnacionais e contou com a participação de instituições da América do Norte e da Europa. Notícia sobre o evento [aqui](#).

05/10/2026- Realização da reunião de trabalho interinstitucional entre o Ministério Público Federal, o Ministério Público do Trabalho, o Ministério do Trabalho e Emprego, a Agência Nacional de Mineração, além de especialistas acadêmicos, representantes sindicais e da sociedade civil para debater a minuta de resolução sobre a segurança de pilhas de mineração (Minuta de Resolução ANM Nº 20539851). A reunião contou com a participação dos Procuradores da República Carlos Bruno Ferreira da Silva, Lauro Coelho Junior e Eduardo Henrique de Almeida Aguiar. Ata da reunião: [PGR-00452436/2026](#).

05/10/2026- Participação do Subprocurador-Geral da República Paulo Vasconcelos Jacobina na mesa de abertura do “II Seminário Nacional de Patrimônio Cultural Católico (CNBB) e III Encontro de Equipamentos e Centros Culturais Católicos”, organizado pela Comissão Episcopal para a Cultura e a Educação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Notícia sobre o evento [aqui](#).

06/10/2026- Reunião de Trabalho da Coordenadora da 4ª CCR com os novos titulares dos Ofícios de Administração da 4ª CCR para traçar as diretrizes de atuação dos Ofícios e sua interação com a 4ªCCR. Ata da reunião - PGR-00457596/2026.

4. Agenda – reuniões e eventos previstos:

14/10/2026 - 11h	Reunião da Coordenadora da 4ª CCR com a Comissão Peritos Aprovados no concurso MPU.
15/10/2026 - 14h30 às 15h30	Reunião da Coordenadora da 4ª CCR com a Comissão para a redefinição das atribuições dos OFAMOC e OFAMOR.
16/10/2026 até 23/10/2026	Participação da Coordenadora da 4ª CCR na 13ª Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado

	Transnacional (COP-UNTOC) - Viena, Áustria.
19, 20 e 21/10/2026	Participação do Subprocurador-geral da República Paulo Vasconcelos Jacobina no Encontro Nacional da 7ª CCR em Foz do Iguaçu-PR.
20/10/2026 - 14h30	Reunião do Subprocurador-Geral da República Aurélio Virgílio Veiga Rios com a AGU e o Ministro do Meio Ambiente sobre a BR-319.
22/10/2026	Sessão 4ª CCR (Eletrônica)
26/10/2026 - 14h30 às 15h30	Reunião com o Presidente do Ibama Jair Schmitt para tratar sobre processos judiciais contra o IBAMA sobre agrotóxicos.
05/11/2026 - 14h30 às 15h30	Reunião com a 3ª, 4ª e 6ª CCRs e o Ministério de Portos e Aeroportos para tratar da Agenda de Manutenção e Desenvolvimento da Navegação interior Brasil.
05/11/2026	Participação do Subprocurador-geral da República Aurélio Virgílio Veiga Rios na reunião Ordinária do Grupo Nacional de Meio Ambiente e Mudanças Climáticas – GNMAC, na Sede do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul.
10/11/2026 - 09h às 10h	Encontro Nacional da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC).
10/11/2026	Evento sobre Zona Costeira - ESMPU.
12/11/2026 - 14h30	Sessão 4ª CCR (Presencial)
16/11/2026	Adaptação Climática em Foco - Tocantins
26/11/2026	Sessão 4ª CCR (Eletrônica)
26/11/2026	Adaptação Climática em Foco - Pará

Nada mais havendo a tratar, a presente ata foi lavrada e segue assinada pelos participantes.

(assinado e datado digitalmente)

LUIZA CRISTINA FONSECA FRISCHEISEN

Coordenadora da 4ª CCR
Subprocuradora-geral da República

(assinado e datado digitalmente)

AURELIO VIRGILIO VEIGA RIOS

Membro da 4ª CCR
Subprocurador-geral da República

(assinado e datado digitalmente)

PAULO VASCONCELOS JACOBINA

Membro da 4ª CCR
Subprocurador-geral da República



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Assinatura/Certificação do documento **PGR-00462274/2026 ATA**

.....
Signatário(a): **PAULO VASCONCELOS JACOBINA**

Data e Hora: **09/10/2026 15:51:16**

Assinado com login e senha

.....
Signatário(a): **LUIZA CRISTINA FONSECA FRISCHEISEN**

Data e Hora: **09/10/2026 15:54:08**

Assinado com login e senha

.....
Signatário(a): **AURELIO VIRGILIO VEIGA RIOS**

Data e Hora: **17/10/2026 10:58:36**

Assinado com login e senha

.....
Acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 51699890.e0fd8895.37508236.e69dc9ab